

Cinco pontos principais de negociação estão em aberto

24 FEB 1986

19 FEB 1986

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

Os cinco pontos principais que estão sendo objeto de negociações entre o governo brasileiro e os representantes dos bancos credores, em Nova York, continuam em aberto.

Algo foi conseguido, no entanto, como a transformação das linhas de crédito interbancário em crédito comercial — dentro da fase de prorrogação dos compromissos dos bancos nas linhas de empréstimo de curto prazo até março de 1987 — e o reempréstimo interno das amortizações da dívida que venceram em 1985. O Brasil deixou clara sua disposição de não permitir mais o reempréstimo livre.

"O setor público só terá acesso a esses recursos para a rolagem do serviço da dívida externa (juros e amortizações), pois essa é uma maneira que temos

para controlar o déficit das contas do governo", disse, ontem, a este jornal o secretário especial para Assuntos Econômicos da Seplan, Paulo Nogueira Baptista Júnior.

O setor privado ficará desobstruído, mas, mesmo assim, sujeito a limitações. O Banco Central está disposto a exercer um rigoroso controle sobre o pagamento de comissões por fora, que, suspeita-se, vinham sendo embutidas nas negociações entre os bancos estrangeiros e os mutuários finais.

Nogueira Baptista Júnior esclareceu que a conversão dos empréstimos em investimentos — processo pelo qual as empresas, na maioria multinacionais, negociam com os bancos suas posições credoras e aplicam os recursos em suas subsidiárias — não é tema para ser incluído no acordo. Ele, a propósito, chamou a atenção para a que-

SAÍDA DE RECURSOS INVESTIMENTOS DIRETOS E REMESSAS DE LUCROS E DIVIDENDOS 1983-85 (em US\$ milhões)				
Discriminação	1983	1984	1985	TOTAL
1. Investimentos (líquidos)*	664	1077	800	2541
2. Conversão de empréstimos em invest.	425	730	**611	1766
3. Investimentos novos (1 — 2)	239	347	189	775
4. Lucros e dividendos (líquidos)***	758	796	1140	2694
5. Entrada líquida de divisas (3 — 4)	-519	-449	-951	-1919
memo: lucros reinvestidos	695	472	***129	1296
* Exclui reinvestimentos. ** Extrapolado com base no valor observado em jan/set 85. *** Exclui lucros reinvestidos. **** Valor observado em jan/mar 85.				

da vertiginosa ocorrida nos últimos três anos no valor dos investimentos estrangeiros novos em decorrência da prática da conversão da dívida (ver quadro).

O governo mostra preocupação pelo vertiginoso aumento ocorrido no ano passado com as remessas líquidas de lucros e dividendos para o exterior, o que acabou criando um buraco de US\$ 951 milhões na entrada líquida de divisas. A questão chegou a ser levantada pelos integrantes do subcomitê do reempréstimo da dívida externa, que estiveram em Brasília há duas semanas.

No momento, em Nova York, discutem-se duas outras questões. São elas os níveis de "spread" — taxa de risco — e a controvérsia jurídica em torno do foro em caso de dúvida legal sobre o cumprimento do contrato.

"O Departamento Jurídico do Banco Central tem uma posição firme sobre esse ponto, baseada na avaliação de juristas brasileiros, pela qual o Banco Central está negociando em nome do Tesouro e que, portanto, qualquer submissão do contrato à jurisdição estrangeira fere os

princípios legais brasileiros", adiantou o secretário especial para Assuntos Econômicos da Seplan.

Desta vez, ao contrário dos entendimentos que nortearam os contratos das fases I e II — pelos quais os termos ficaram sujeitos ao julgamento das cortes de justiça norte-americanas, sediadas em Nova York —, o Brasil quer que as soluções de disputa fiquem a cargo de um corpo de árbitros internacionais. Por esse processo, cada parte indica uma pessoa de sua confiança para o julgamento das pendências, e uma terceira pessoa funciona como mediador. Esse terceiro nome pode estar vinculado a um organismo internacional ou mesmo ao Instituto de Árbitros da Inglaterra, que já tem tradição, dependendo apenas de entendimento. Existe também a pretensão do governo brasileiro de fazer a dispensa de imunidade — "waiver of immunity" — pelo qual os bancos estrangeiros podem pedir o congelamento dos bens do Banco Central nos Estados Unidos antes mesmo que haja uma sentença judicial final.